



ELETOBRAS Participação da holding no País caiu para 31% em quase sete anos. Enquanto isso, setor privado e estatais estaduais cresceram 85%

Gigante elétrica em queda

JULIANA SAMPAIO

com agência Estado

Negócios mal sucedidos e o constante uso político da Eletrobras acabaram por minar as forças da estatal na expansão do setor elétrico brasileiro. De 2011 para cá, a participação da empresa na capacidade instalada do País caiu de 36% para 31%. Nesse período, a empresa contribuiu com apenas 15% do aumento da expansão do sistema elétrico, enquanto a iniciativa privada (e estatais estaduais) foi responsável por 85%.

Os motivos para a perda de relevância no setor são variados. Historicamente, as controladas da Eletrobras – das quais a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) faz parte – sempre tiveram vida independente da holding e não prestavam contas do que faziam. Cada uma tinha uma estratégia de investimentos, mas que nem sempre era rentável para o grupo. “As empresas participaram de inúmeros empreendimentos que, em vez de gerarem valor para o grupo, destruíram”, afirma o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales.

Também contribuíram para a deterioração do caixa da estatal os constantes e bilionários prejuízos das distribuidoras, que agora serão privatizadas. No entanto, segundo especialistas, a gota d’água foi a MP 579/2012 (que se tornou a Lei Federal 12.783), que a ex-presidente Dilma Rousseff fez para renovar as concessões do setor e reduzir a conta de luz de todos os consumidores do País em 20%, mas que nunca ocorreu.

As regras abalaram o caixa das geradoras, em especial da Chesf. Isso porque a energia das estatais teriam que ser vendidas mais baratas. “Ao mesmo tempo, a Eletrobras estava comprometida com grandes investimentos, como as hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte”, afirma o professor da UFRJ, Nivalde de Castro.

Em janeiro de 2013, a Chesf começou a vender sua produção com valor muito abaixo do mercado para cumprir a nova legisla-



RODRIGO LOBO/V.E. MACIEL

PREJUÍZO A MP 579 foi a gota d’água para a derrocada das empresas. A conta da Chesf foi a que mais sentiu

Contribuíram para a deterioração do caixa os constantes prejuízos das distribuidoras

ção. Somente para o leitor ter uma ideia, as hidrelétricas que já tiveram o seu investimento pago e não aceitaram fazer parte dessa lei vendem o megawatt (MW) entre R\$ 150 e R\$ 160, enquanto a maior parte das hidrelétricas da Chesf está ganhando R\$ 38/MW.

A Chesf foi responsável por mais de 60% da energia do pacote da lei, o que a tirou do posto de maior do Nordeste para uma empresa que ficou sem recursos para concluir suas obras.

Sem caixa e com compromissos elevados, Eletrobras e Chesf foram obrigadas a ficar longe dos leilões para arrumar a casa. Na outra ponta, a iniciativa privada aproveitou o espaço e ampliou a participação na geração de energia. Empresas

como a italiana Enel, a franco-belga Engie, a Neoenergia (que é dona da Celpe) e a CPFL avançaram no setor com uma série de parques eólicos e solares, além das grandes hidrelétricas e termoeletricas.

“Faz tempo que o setor deixou de depender do investimento estatal. Hoje o mais importante é ter uma regulação eficiente e previsível capaz de atrair o capital privado”, afirma Cláudio Sales.

APETITE

Com projetos menores e mais baratos comparados às mega hidrelétricas (Belo Monte, por exemplo, vai custar mais de R\$ 30 bilhões), os parques eólicos e solares têm dado grande contribuição à expansão do sistema e elevado a participação de investidores estrangeiros.

A Enel é um exemplo do interesse da iniciativa privada por esse tipo de geração. Depois de passar um tempo sem grandes projetos no País, a empresa voltou com apetite e construiu vários empreendimentos. De junho do ano passado até agora, pôs em operação sete parques renováveis (quatro de energia solar e três complexos eólicos), que somam cerca de 1,2 mil MW. Em Pernambuco, a italiana opera,

desde 2015, o complexo eólico Fontes dos Ventos, em Tacaratu, no Sertão, que tem capacidade instalada de 80 MW.

Maiores geradoras privadas de energia do Brasil com capacidade instalada própria de 7.070 MW, a Engie também tem interesse em eólicas, mas quer ampliar a participação na geração a gás.

Entre 2011 e 2016, a capacidade instalada que está nas mãos da iniciativa privada (e também de estatais estaduais) cresceu 37%. Na opinião de Celso Dall’Orto, da consultoria PSR, a Eletrobras só terá novamente papel relevante no setor após sua reestruturação. “Há espaço para a empresa, mas depois de vender as SPFs (Sociedades de Propósito Específico) e as distribuidoras e conseguir ter uma estrutura mais enxuta”.

O presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr., acredita que a empresa ainda retomará o protagonismo no setor. “Com a criação da corporação, objeto do projeto de lei enviado ao Congresso (privatização), a Eletrobras vai retomar os investimentos para sustentar o crescimento e desenvolvimento econômico do País”.